

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada em 08 de dezembro de dois mil e vinte e três, às 08h30, pelo aplicativo Google Meet meet.google.com/roj-ggza-vic que contou com a participação de conselheiros e ouvintes, conforme registro no livro ata nº 06, às folhas 89 frente e verso à 91 frente. Justificaram a ausência as conselheiras: Alessandra de Araújo Citelli, Wagner Roberto da Silva, Virginia Conde Velotti, Ana Paula Granzotto e Kelly Cristina Galbieri. O 2º Secretário do Conselho Paulo Fernando de Almeida agradece pela presença e participação de todos. Declara aberta a reunião e informa sobre a pauta que foi enviada por e-mail a todos os Conselheiros: **01 – Deliberação: 1.1 Aprovação da ata da Reunião Ordinária de 10 de novembro de 2023. 1.2 – Aprovação para a utilização dos 20% do fundo para editais voltados para o acolhimento. 1.3- Autorização para alteração de Plano de Trabalho Projeto CURARTE. 1.4- Apresentação e Deliberação dos planos de ação recebidos para 2024: Associação Educadora e Beneficente; Conselhos Tutelares; Rede Socioassistencial Novo Horizonte; Unidade de Gestão de Educação/ DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA; Unidade de Gestão de Educação- Eu tenho voz; Ministério Público- Justiça restaurativa.1.5- Aprovação para aquisição de coffee para a posse dos conselheiros tutelares. 2- Informações sobre a posse dos conselheiros, data, hora e local. 3 – Informes Gerais. 01 – Deliberação: 1.1 Aprovação da ata da Reunião Ordinária de 10 de novembro de 2023.** O 2º Secretário do Conselho Paulo Fernando de Almeida explica que a ata foi encaminhada com a pauta por e-mail para leitura, sendo assim, questionados os conselheiros participantes sobre a leitura e se tinham algum apontamento de oposição a ata, não tendo nenhuma manifestação em contrário a mesma foi aprovada por todos os conselheiros participantes da reunião com direito a voto. Seguindo para o item de pauta. **1.2 – Aprovação para a utilização dos 20% do fundo para editais voltados para o acolhimento:** o Diretor Luiz Guilherme explica que foi aberto uma discussão no Jurídico da Prefeitura para pensar nas possibilidades para a utilização dos 20% do recurso do fundo destinado aos serviços de acolhimento exclusivamente para crianças e adolescentes. Houve indicação para que esse recurso fosse utilizado na contratação de atendimento psicológico individual para as crianças e adolescentes que estão acolhidas nas Saicas e para isso, havia sido preparado um termo de referência onde não foi possível cumprir uma fase inicial que é a abertura de um processo licitatório/ Pregão Eletrônico e também por falta de orçamentos. Sendo assim, foi pensado na possibilidade de construção de um edital de chamamento público para que o recurso fosse transferido direto para a execução desse serviço, porém em consulta com o jurídico, dessa maneira, seria necessário contratar os psicólogos para executar esse atendimento dentro do próprio abrigo e provavelmente essas horas seriam obrigadas a serem contratadas na modalidade CLT e não na modalidade que elas até então esperavam realizar. Diante das dificuldades iniciais, será aberto um novo processo na modalidade pregão eletrônico,

com aproveitamento do TR (Termo de Referência) da Gestão de pessoas da Prefeitura, com algumas adequações pois o objeto são crianças e adolescentes em situação de acolhimento tanto na sua modalidade institucional quanto na modalidade familiar, e também convidar as três empresas que já apresentaram proposta, além daquela que já havia apresentado perante o CMDCA. Uma comissão será criada para ajudar a trabalhar nesse TR e sinalizar pontos que são relevantes na construção do documento para que futuramente seja apresentado, para início da fase de levantamento orçamentário e depois na fase do processo licitatório/ pregão eletrônico. Aprovada a utilização 20% FMDCA – Acolhimento. A comissão foi formada pelos integrantes: Marco Antonio dos Santos, Cícero Aparecido Franco da Silva, Paulo Fernando de Almeida, Maria Roseli Maestrello, Letícia Atique Branco.

1.3- Autorização para alteração de Plano de Trabalho Projeto CURARTE: Patrícia Malite da Almater, explica que é apenas uma alteração do plano de trabalho, pois eles vêm atendendo as crianças com dificuldade de aprendizagem e que São Camilo é o segundo local de Jundiaí de extrema pobreza com essa dificuldade; é um local com situações que envolve muita violência, muita vulnerabilidade e eles vem desenvolvendo esse trabalho lá e em 2024 será novamente desenvolvido, pois foi aprovado em mais um projeto; explica que até então era feito um trabalho com atendimento em grupo em crianças que estavam já algum tempo, porém uma das formas de otimizar a entrada de novas crianças, era ter um atendimento em grupo e outro com uma psicóloga; o projeto do edital desse ano foi repetida porque o modelo deu certo. O novo projeto Curarte começou em outubro, porém desde agosto tem sido feita uma força-tarefa e uma avaliação em todas as crianças, sendo possível a liberação de 14 que estavam há algum tempo e em outras nove foram detectadas algumas questões, então 23 vagas serão liberadas; a criança quando entra no Projeto não tem lógica colocá-la em atendimento em grupo, pois em toda criança nova é necessária fazer avaliação, ganhar a confiança através do atendimento psicológico psicopedagógico. Sendo assim, Patrícia solicita alteração das oficinas terapêuticas que acontecia com um profissional em grupo para alteração de ter um profissional a mais de Psicologia por 20 horas para fazer atendimentos individuais e com isso é possível atender mais essas 24 vagas de uma forma qualificada individualizada; então a equipe toda se reuniu e entendeu que essa seria a melhor forma de contratação, portanto, desde Outubro optaram por não contratar essa profissional e fazer essa alteração de Plano de trabalho para ele passar a vigorar a partir de Janeiro; que foi aprovado em novembro o edital de chamamento do serviço de convivência onde contemplam oficinas. Pelo Curarte essas oficinas serão oferecidas pelo serviço de convivência, porque consta no escopo do edital, portanto, Patrícia solicita trocar um profissional de uma oficina que antes seria grupal para atendimento individual, aumentar 5 horas já que sobrou recurso economizando em algumas coisas, aumentar em 5 horas o profissional de psicopedagogia e diminuir um pouco o horário do administrativo que conseguiram contemplar isso também no edital do serviço de convivência. Alteração

de Plano de Trabalho Projeto CURARTE (troca de profissional (atendimento individual + aumento 5h prof. psicopedagogia + adm + supressão of. Curarte para SCFV)- Aprovado. Patrícia aproveita a presença do Aduino da UGE sobre a questão do Curarte e que recentemente teve uma conversa na gestão da educação e levantou a necessidade de ampliar essa política pública para os territórios e entendendo que talvez o próximo passo de ampliação seria o São Camilo. Não pela entidade, mas pedindo sempre que a educação tenha esse olhar para fazer ampliação do atendimento de crianças com dificuldade de aprendizagens, seja pela situação estratégica pois as crianças realmente precisam muito, principalmente pós pandemia. Lembra que tivemos várias deliberações na conferência falando da importância da questão da rede de fazer esse apoio para as crianças em sofrimentos psíquico e com dificuldade de aprendizagem na pós pandemia. **1.4- Apresentação e Deliberação dos planos de ação recebidos para 2024: Associação Educadora e Beneficente- CESPROM:** Paulo explica a proposta recebida porque elas justificaram ausência e por ser um projeto que tem uma relevância e impacto, principalmente para as famílias atendidas. A proposta é um atendimento social para crianças, adolescentes e seus familiares, visando melhores alternativas para transformar a realidade que vivem, sendo que os assistidos são majoritariamente população Imigrante; eles vem com suas famílias e muitos em situação de vulnerabilidade dentro do município. Eles desejam fazer alguns cursos de qualificação como manicure, corte e costura, panificação, confeitaria, designer de sobancelha, informática, português para estrangeiros dentro de um ambiente lúdico e criativo com as crianças e adolescentes e também objetivando a família. O Cesprom está indicando uma coordenadora para a execução do projeto, assistente social que acompanhará o projeto dentro do cronograma de atividades, monitora que desenvolverá as atividades propostas e uma psicóloga que acompanhará as crianças e mães. O Cesprom propõe desenvolver as oficinas de segunda à quinta-feira de manhã e tarde, sendo 6 horas por dia. As atividades são atreladas às oficinas como contação de história, brincadeira, leitura atividades lúdicas, artesanatos, jogos educativos. O valor solicitado é R\$ 15.630,00 considerando o valor de R\$ 11.400,00 de monitoria, R\$ 2.750 de alimentação, R\$ 880,00 material didático e R\$ 600,00 com passeio para as crianças e adolescentes. As atividades desenvolvem a interação e o direcionamento das atividades da população que chega até eles. Projeto CESPROM- Aprovado. **Conselhos Tutelares-** Sr. Mário explica que a proposta enviada pode ser utilizada para os três conselhos ou individualmente para cada conselho e cada um, no seu colegiado irá deliberar se quer ou não utilizar isso e esclarece que essa referência de supervisão já é uma questão trabalhada entre os conselheiros e é uma necessidade real; explica ainda que os conselhos tem uma intensidade de trabalho e esse trabalho é muito amplo no sentido de terem um conhecimento sobre as leis e a necessidade efetiva de ter um distanciamento concreto de cada caso, porque eles são muito envolventes; a proposta apresentada foi: As atividades acontecerão do período de 10 meses, após o fechamento do

contrato de serviços. Com 5 horas mês para cada colegiado, sendo divididos de 2h30 a cada 15 dias – Perfazendo um total de 15 horas mês em um total de 150 horas ano – sendo 50 horas para cada colegiado. Serão realizados dois encontros anuais de troca de experiência entre os colegiados supervisionados com carga horária de 3 horas cada em um total de 6 horas, no final de cada ciclo de 4 meses. As ações acontecerão em cada colegiado tendo como base a apresentação dos casos atendidos, e elencados pelos Conselheiros Tutelares, sendo que neste processo terão como referência a metodologia de grupo operativo, focados na tarefa. Serão utilizados a vivência prática de cada colegiado, e apoio didático de: livros, filmes, leis, dinâmicas de grupo e estudo de caso, outros profissionais, enfim, cada colegiado pode organizar junto com seu supervisor esse trabalho de poder ler essa realidade e se fortalecer no enfrentamento das dificuldades demandas que aparecem em cada conselho. Valor R\$ 46.800,00. Paulo propõe que o CMDCA, Ministério Público, Judiciário, acompanhem todo esse processo junto com o Conselho Tutelar. Mário diz ter a possibilidade de apresentar a prestação de contas e relatórios de supervisores, bem como a própria avaliação do colegiado em si, como também as atas; Roseli Mastrello pergunta se o valor é sugestivo, já que não possui referência de quem faria e como aconteceria caso o valor não fosse suficiente. Mário explica que apesar da brevidade, foi feita uma pesquisa de mercado sobre o valor. Paulo ressalta que esse é um projeto importantíssimo em seu ponto de vista, porque ele trabalha qualificação e o desenvolvimento da atuação dos conselheiros tutelares e do Conselho Tutelar como instituição autônoma no município. Projeto - Conselho Tutelar aprovado; **Rede Socioassistencial Novo Horizonte**; Flávia explica que há cinco anos a rede promove a feira das profissões voltada para os adolescentes do ensino médio. Explica que eles têm muitos adolescentes em situação de vulnerabilidade a ponto de não conseguirem participar das feiras que acontecem no centro, então essa proposta surgiu dentro de uma discussão da rede. A feira das profissões acontece através de parcerias com empresas e com instituições de educação e explica que a rede socioassistencial é um espaço de escuta, de discussão da comunidade e que não é uma entidade e não possui um CNPJ, que no Novo Horizonte tem três escolas estaduais e para o ano que vem está previsto essa feira de profissões acontecer em maio; que estão aguardando a dirigente aprovar uma data que provavelmente será ou em um sábado letivo ou durante a semana como já vem acontecendo. O orçamento foi construído com previsão de valor baseado nos últimos orçamentos de empresas que já apresentaram esses orçamentos e feita uma média de valores entre as três que apresentaram esse orçamento, com acréscimo de 10% pensando que esses orçamentos foram feitos em janeiro de 2023 e que em 2024, o valor possivelmente terá reajuste. Serão ofertados seis ônibus, sendo dois para três escolas para contemplar o ensino médio no período da tarde e da noite com valor unitário é de R\$ 900,00, ida e volta. A proposta enviada foi de 06 ônibus fretado, total R\$ 5.400,00. Projeto Rede Socioassistencial Novo Horizonte: Proposta aprovada. **Unidade de**

Gestão de Educação/ DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A dauto inicia dizendo que em 2024, a UGE tem a intenção de promover o segundo encontro internacional de educação inclusiva. O primeiro aconteceu esse ano e foi um encontro com um tema que foi trabalhado muito em parceria com a Prefeitura. Esse encontro atingiu 1192 pessoas familiares. Elas eram educadores da rede pública Municipal, Estadual e também da rede privada, porque a UGE entende que a educação inclusiva não é um movimento só da iniciativa pública, que todos precisam ter acesso ao conhecimento da área para ter uma educação verdadeiramente inclusiva. O Projeto consiste em Contratação de palestrantes, incluindo palestrante internacional, organização do evento com confecção de convites, certificados, divulgação do evento, banners, crachá de identificação, entre outros. O tema fechado vai ser construído ao longo do ano e o custo com o palestrante, hospedagem, alimentação e materiais a ser oferecido como pastas e canetas, é de R\$ 30.000,00 no total. A estimativa é atender 1000 pessoas em 21 de setembro, podendo ser mais; o custo é de R\$ 30,00 por pessoa para participar em todas as palestras, durante todo o evento. Marco Antonio solicita que as informações cheguem aos bairros mais pobres e mais detalhamento sobre a temática para melhor entendimento e para abranger os diversos tipos de deficiência, para que não haja privilégios e que tenha equidade para atender cada criança de acordo com a sua necessidade. A dauto sugere uma comissão do conselho para participar do planejamento do evento, visto que não tem tema, nem palestrantes, nem conteúdo formatado, para que possam trabalhar em parceria, como é feito com a comunidade, com os pais, e que possa ser feito também com os membros do Conselho. Paulo diz formar essa comissão oportunamente, até mesmo porque as discussões vão se iniciar no ano que vem, não tendo a necessidade de criar essa comissão com urgência. Projeto UGE - II Encontro Internacional de Educação Inclusiva de Jundiaí- Aprovado. **Unidade de Gestão de Educação- Eu tenho voz:** A dauto explica que o projeto já contou com a parceria do Conselho. Ele é promovido pelo Ipam que é o Instituto Paulista de Magistrados, o projeto original chegou em Jundiaí por meio do Ministério Público, uma intervenção da promotora Ana Beatriz que apresentou e se transformou em uma política pública de Jundiaí. Bastante complexa para dizer que é só da educação, porque ela envolve a participação de toda a rede, teve a participação do Conselho, das unidades da Cultura, da Saúde, do CRAS, UBS, das escolas, conselho tutelar, então é bem amplo, ele envolve uma rede muito grande, é um projeto de proteção à infância. O projeto tem como objetivo o enfrentamento à violência sexual, física e psicológica; o Ipam realiza uma peça de teatro na Unidade Escolar, ele é um espetáculo bastante denso que retrata três cenas de violência muito explícita; A arte sempre ajuda, pelo sensível, a tocar a alma, a tomar consciência e ressignificar; já é garantido que as apresentações aconteçam em cinco escolas municipais; o atendimento das Crianças na rede também já está garantido para o ano que vem e o recurso solicitado é para fazer o mesmo trabalho com os pais. O projeto Eu tenho voz, é para as crianças

de primeiro a quinto ano 6 até 10/ 11 anos aproximadamente. Quem vai pagar cinco apresentações de teatro para as crianças é o Ipam e a UGE precisa custear esses espetáculos também para as famílias. O valor da proposta para as cinco apresentações para as famílias aos sábados, é de R\$ 27.500; enquanto as famílias participam do teatro, as crianças fazem atividades recreativas lúdicas que não tem nada a ver com o tema, em outro espaço. Projeto UGE - Eu tenho voz Aprovado. **Ministério Público- Justiça restaurativa:** Dra. Ana Beatriz explica que a justiça restaurativa para a cidade de Jundiaí é um projeto que começou com reuniões com representantes da unidade de gestão de educação, tanto Municipal, quanto Estadual, saúde, assistência social, guarda municipal, a própria Segurança Pública por meio da delegacia de polícia na pessoa delegacia da mulher e a PM, então esse grupo tem a participação de muitas políticas e vem se reunindo ao longo do ano; o MP por meio da escola superior do ministério público, proporciona para esse grupo de interessados, cerca de 40 pessoas inscritas para realizar um curso básico de Justiça restaurativa, um curso organizado pela Escola Superior do Ministério Público nos moldes do que é preconizado pelo CNJ- Conselho Nacional de Justiça, enquanto um curso de Justiça restaurativa precisa ter uma certa carga horária, como de matérias, assuntos a serem tratados para ser certificado inclusive pelo CNJ então foi oferecido um curso com certificação que se iniciou no segundo semestre com término recentemente. O significado da prática restaurativa, onde ela se insere, quais os benefícios, o que ela traz em termos de proposta de trabalho, no enfrentamento às violências, ao próprio conflito; a justiça restaurativa é uma forma de ver o conflito. Primordialmente o foco está na justiça infanto-juvenil que é uma forma de avaliar o conflito e dar solução de uma forma com um foco muito maior nas próprias relações que se estabelecem e que de algum modo levaram ao conflito. Sendo assim, a proposta para 2024 é a realização do segundo módulo do curso, que é o curso de formação de facilitadores em práticas restaurativas, em um módulo prático de 40 horas a ser realizado de forma presencial; a ideia inicial proposta ministério público para Jundiaí era eleger de 6 a 7 pessoas interessadas em se formarem facilitadores e participariam de um curso a ser realizado no ano que vem no primeiro semestre na escola superior do Ministério Público de forma presencial. São quatro cidades que estão se capacitando ao mesmo tempo nas práticas restaurativas e como Jundiaí é a cidade de maior porte e que tem o maior número de profissionais que fizeram o curso básico e foi feito um levantamento na última reunião e já são cerca de 14 interessados em realizar o modo prático. Seria muito interessante se ao invés de escolher somente sete profissionais para irem para São Paulo para se capacitar, de trazer um professor facilitador para Jundiaí e existe uma normativa de que um professor facilitador pode formar até 30 facilitadores e isso permitiria formar mais pessoas dentre aquelas que já fizeram o curso básico para fazer o curso de facilitador a gente precisa ter feito o curso básico de Justiça restaurativa. O custo estimado do curso são 40 horas aulas para o professor no curso é em torno de R\$ 8000,00, além do

transporte, alimentação e eventualmente hospedagem a depender do modo como será feita a organização, totalizando R\$ 12.000,00 o valor que o comitê gestor da Justiça restaurativa passou. Projeto - Comitê Gestor- Justiça Restaurativa- Aprovado. **1.5- Aprovação para aquisição de coffee para a posse dos conselheiros tutelares:** Paulo explica que para a posse dos conselheiros tutelares eleitos, serão necessários 06 kits no valor de R\$ 250,00 cada, totalizando R\$ 1470,00. Coffee- Posse dos Conselheiros Tutelares – Aprovado. **2- Informações sobre a posse dos conselheiros, data, hora e local:** Paulo explica que a posse aos conselheiros tutelares eleitos acontecerá no dia 10 de Janeiro, às 10h no Paço Municipal, no 8º andar. **3 – Informes Gerais:** A assistente de administração Tatiana, informa sobre a abertura das inscrições para a composição do CMDCA, que houve alteração de datas e que as informações constam no edital nº 14.2023 publicada na IOM em 06 de dezembro. Sra. Maria Aparecida agradece e solicita que se candidatem e que coloquem suas organizações para votar, diz que esse conselho é fundamental como sistema de garantia de direito das crianças e adolescentes, então é preciso dar o primeiro passo que é participar já que é um conselho deliberativo e isso é muito importante. Nada havendo mais a tratar, encerra a presente reunião, agradecendo mais uma vez a presença de todos. Eu, Sonia Maria Ferraz, Assistente Social e “secretária ad hoc” _____ lavrei a presente ata que, depois de aprovada pela Plenária, segue para assinatura da Presidente do CMDCA.

Maria Aparecida da Silva

Presidente do CMDCA de Jundiaí
Gestão 2022-2024

Conselheiros Presentes

Maria Aparecida da Silva
Cícero Aparecido Franco da Silva
Maria Roseli Maestrello
Roseli Aparecida Marino
Wilson Henrique Silva Conceição
Andreza de Souza Tigre
Aduino Douglas Parre
Ana Paula Marin
Beatriz de Arruda Soares Volpon Vibrio
Letícia Atique Branco
Paulo Fernando de Almeida
Marco Antonio dos Santos
Daniele Batista de Souza Silva